

O recrudescimento da dívida pública brasileira

Hugo Márcio Vieira de Almeida Andrade (UESB); Gildásio Santana Júnior (UESB).

Introdução

A dívida pública é o montante que o governo deve para financiar a parte dos seus gastos que não são cobertos com a arrecadação ou para a execução de política monetária. O debate a respeito da dívida pública no Brasil já existia, mas se intensificou com o recrudescimento da crise no decorrer do ano de 2015 e em função do crescimento elevado do estoque da dívida nos últimos anos. Diante desse contexto vários economistas se posicionaram a respeito do tema. Nesse sentido, o objetivo do texto é identificar os principais posicionamentos dos economistas brasileiros a respeito da dívida pública. Na metodologia optou-se pela revisão bibliográfica de materiais sobre o tema. Justifica-se pelo fato da centralidade da dívida como orientadora da política econômica brasileira. Os resultados apontam que, de uma forma geral, existem três pontos de vista antagônicos.

Desenvolvimento

Para alguns economistas, como Armínio Fraga e Gustavo Franco, o Brasil com endividamento público elevado terá dificuldades quanto à atração de investimentos externo e em retomar o crescimento econômico, assim, urge o equacionamento da dívida. A solução é a adoção de uma política econômica orientada na obtenção do superávit primário. Tais economistas têm como responsáveis pela elevação do endividamento público a equipe econômica do governo Dilma (2011-2016), alegando que foram muitos os equívocos nas políticas econômicas.

Já para economistas como Marcio Pochmann e Luiz Gonzaga Belluzzo, a capacidade de endividar-se que permite aos países alavancar a economia e amenizar as consequências de crises econômicas. Logo, para estes estudiosos não haveria urgência no controle da dívida, sem contar que estes defendem uma maior participação do governo no processo de recuperação do nível de atividade econômica. A principal solução para a redução do endividamento público seria a recuperação da atividade econômica e a redução da taxa Selic.

Além desses, existem aqueles, como Maria Lucia Fatorelli, que questiona a legitimidade da dívida e propõe auditoria da dívida pública para identificar possíveis irregularidades. Opõe-se às políticas econômicas orientadas na obtenção no superávit primário, pois entende que é paga apenas uma pequena parte do serviço da dívida e o que resta é pago através da emissão de novos títulos públicos. Afirmar que atualmente a dívida consiste em um grande esquema de corrupção, mas deveria ser usada para realizar ações e obras de grande impacto e relevância social.

Conclusão

A partir da discussão é possível perceber três posicionamentos distintos quanto ao papel e a situação da dívida pública brasileira, evidenciando a ampla discussão existente a respeito do tema. O tema divide a opinião dos economistas quanto à relação da dívida pública com a dinâmica econômica, a necessidade de pagamento da dívida, o tamanho da dívida, a importância do superávit primário, dentre outras questões. No entanto, embora existam diferentes considerações a respeito da dívida há um consenso que a elevação do estoque da dívida é um problema que deve ser solucionado.

Referências Bibliográficas

BIGARELLI, B. Belluzzo: “O sucesso do ajuste de Temer depende do crescimento da economia”. *Época Negócios*, 06 de junho de 2016.

POCHMANN, M. Marcio Pochmann: Saída da recessão passa por projeto ousado do Estado. *Portal Vermelho*, 06 de abril de 2016.

SALOMÃO, A. ‘Para reduzir a dívida pública, é preciso vender patrimônio’, diz Gustavo Franco. *Estadão*, 21 de maio de 2016.

TRUFFI, R. Maria Lucia Fatorelli: “A Dívida pública é uma mega esquema de corrupção institucionalizado”. *Carta Capital*. 09 de junho de 2015.